

"Inovação Tecnológica e Universidade: Papel dos Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas"

Ana Lúcia Vitale Torkomian
Secretária Adjunta da SETEC/MCT
13/07/2011

A inovação tecnológica é um desafio que se impõe ao mundo todo. No âmbito nacional, entretanto, desafio adicional precisa ser enfrentado, uma vez que, apesar dos esforços recentes, historicamente têm sido modestos os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), sobretudo por parte das empresas privadas. Em 2010 o Brasil investiu em P&D 1,19% do Produto Interno Bruto (PIB) e o protagonismo ainda não foi das empresas privadas. Isso é resultado da fragilidade da cultura de inovação no ambiente empresarial, bem como da pregressa insuficiência de instrumentos governamentais de incentivo à inovação.

A ciência brasileira, por outro lado, tem caminhado a passos largos, respondendo por 2,7% da produção científica mundial e tendo sua participação dobrado entre 2000 e 2009. Nesse período o número de publicações indexadas na base de dados *National Science Indicators (NSI)* aumentou 205%.

Desta forma, o aproveitamento do conhecimento oriundo das universidades, configura-se como um importante caminho para a geração de inovação tecnológica no mercado. Isso pode acontecer, por exemplo, quando uma empresa licencia uma patente gerada na universidade, ou quando são criados *spin-offs* acadêmicos (empresas concebidas para explorar comercialmente resultados da pesquisa acadêmica).

Alguns arranjos institucionais estimulam esse tipo de empreendimento. São as incubadoras de empresas e os parques tecnológicos. No Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) eles são apoiados através do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – PNI, instituído pela portaria MCT nº 139, de 10 de março de 2009, com o objetivo de fomentar a consolidação e o surgimento de parques tecnológicos e incubadoras de empresas que contribuam para estimular e acelerar o processo de criação de micro e pequenas empresas, caracterizadas pelo elevado conteúdo tecnológico de seus produtos, processos e serviços, bem como por intensa atividade de inovação tecnológica e pela utilização de modernos métodos de gestão.

O PNI dispõe de um comitê consultivo, composto por:

- Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - SETEC/MCT (que coordena o Programa)
- Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
- Conselho Nacional de Secretários Estaduais para assuntos de C,T&I - CONSECTI
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
- Confederação Nacional da Indústria - CNI

- Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Ciência, Tecnologia e Inovação
- Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC

No escopo do PNI, incubadoras de empresas são mecanismos de estímulo e apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, que visam facilitar a implantação de novas empresas que tenham como principal estratégia de negócio a inovação tecnológica. Seus objetivos:

- Estimular a implantação de novas empresas intensivas em conhecimento;
- Apoiar empreendimentos inovadores que possam competir no mercado;
- Estimular a competitividade e geração de empregos de alto valor agregado;
- Promover a geração sistemática de inovações;
- Promover a cultura do empreendedorismo;
- Estimular a cooperação universidade, empresa e governo;
- Apoiar a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado;
- Estimular o desenvolvimento de políticas de ciência, tecnologia e inovação;
- Capacitar empreendedores nas áreas de gestão;
- Oferecer serviços de alto valor agregado para os incubados, e
- Contribuir para a redução da taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas.

Parques tecnológicos são complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico que visam fomentar e promover sinergias nas atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação entre as empresas e instituições científicas e tecnológicas, públicas e privadas, com forte apoio institucional e financeiro entre os governos federal, estadual e municipal, comunidade local e setor privado. São objetivos dos parques:

- Estimular o surgimento e desenvolvimento de empresas cujos produtos sejam baseados em conhecimento e inovação tecnológica;
- Estimular a interação entre universidades, institutos de pesquisa e empresas;
- Promover parcerias entre instituições públicas e privadas envolvidas com pesquisa científica e inovação tecnológica e empresas cujas atividades estejam fundamentadas no conhecimento e na inovação tecnológica;
- Estimular as atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas e entre elas;
- Promover o desenvolvimento sustentável do estado ou região por meio da criação de ambiente favorável aos investimentos em atividades intensivas em conhecimento e inovação tecnológica; e
- Apoiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento e engenharia de inovação no âmbito dos estados e municípios.

O envolvimento das universidades com incubadoras de empresas e parques tecnológicos, em alguns casos instalados nos próprios *campi* universitários, é fundamental para o sucesso desses empreendimentos. Por outro lado, ganham também as universidades, que conseguem com isso dar uma melhor formação para seus alunos, que têm a possibilidade do convívio próximo com empresas, antecipando a realidade que enfrentarão depois de formados e estimulando um comportamento empreendedor. Além disso, essa proximidade também proporciona retroalimentação da pesquisa acadêmica.

O MCT tem apoiado financeiramente a criação e consolidação de incubadoras de empresas e parques tecnológicos. Em 2010, através da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, foi lançada a carta convite 12/2010, com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro à formação e à consolidação de incubadoras de empresas de base tecnológica que foram selecionadas como âncoras/coordenadoras na chamada pública 09/2006 e na chamada pública 03/2009 ou em associação com outras incubadoras âncoras/coordenadoras, com suas afiliadas e novas incubadoras afiliadas, pertencentes a uma mesma região, que demonstrassem capacidade de promover aumento significativo de taxa de sucesso das empresas incubadas. Recursos: não-reembolsáveis no valor de até R\$ 10.000.000,00.

Também em 2010, via FINEP, foi realizada a chamada pública nº 11/2010, com o objetivo de selecionar propostas para apoio com financiamento não-reembolsável, a empreendimentos de parques tecnológicos existentes no país e em adiantado estágio de implementação. Recursos: não-reembolsáveis no valor de até R\$ 40.000.000,00.

Adicionalmente, em 2010, através de descentralização de emendas parlamentares, via SETEC/MCT, foram destinados R\$ 103.500.000,00 às seguintes iniciativas: RN - Prefeitura Mossoró, SE - UFS, PE – Porto Digital, ES – Prefeitura Vitória, SP – CIETEC, UFABC e UFSCar-Sorocaba, GO - UFG, PR – Prefeituras: Curitiba, Londrina e Pato Branco, RS – UFSM, UFRS, UNIPAMPA, IFET Sul Riograndense, Prefeituras: Novo Hamburgo, Sta. Cruz do Sul, Pelotas, Lajeado, Passo Fundo e Governo do Estado, CE – Prefeitura de Fortaleza, MG – UFOP, SC – IFET-SC.

Muito tem sido feito, mas ainda há desafios a serem enfrentados:

- Compreensão da incubadora de empresas e do parque tecnológico como meio de promoção do desenvolvimento econômico regional e não como fim por si só;
- A implantação e manutenção de um parque tecnológico necessita grandes aportes de recursos financeiros públicos e privados;
- O recurso público deve ser entendido como indutor do projeto – liberado mediante contrapartida dos parceiros privados, estaduais e municipais;
- Parcerias público privadas demandam segurança jurídica;
- Parque tecnológico tem que ser entendido como lugar de negócios e encarado como um novo modelo de desenvolvimento regional;
- As vocações da região e as pré-condições para implantação devem ser observadas;
- Articulação com as Universidades e Institutos de Pesquisa locais é fundamental para melhor aproveitamento dos ativos de conhecimento já acumulados;
- Sintonia com os demais atores e iniciativas locais, regionais e nacionais.

Por essa razão, o tema continua na pauta do governo federal, uma vez que esses arranjos institucionais têm contribuído significativamente para a promoção da inovação tecnológica necessária ao país.